

Windepar Holding S.A

**Demonstrações contábeis
Individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da Windepar Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Windepar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Windepar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita de Geração de Energia Elétrica

Veja as Notas 3.11 e 17 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia reconheceram Receita de Geração de Energia Elétrica no montante de R\$ 58.079 mil, conforme divulgado na nota explicativa 17 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.</p> <p>As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de Geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito em troca destes bens.</p> <p>Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem a transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica;(ii) Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. Conferimos os procedimentos e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2024 realizados pelas controladas da Companhia.(iii) Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e(iv) Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 26 de Março, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Windepar Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado		
Nota		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Ativo						
Circulante						
		5.235	4.793	111.314	103.727	
	Caixa e equivalentes de caixa	4	1.826	2.816	5.292	7.054
	Investimentos de curto prazo	5	-	-	11.984	8.823
	Títulos e valores mobiliários	6	513	-	80.443	71.789
	Contas a receber de clientes	7	-	-	9.649	12.775
	Dividendos a receber	14.1	1.508	1.505	-	-
	Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.402	1.502
	Tributos compensáveis		28	170	31	904
	Outros ativos		1.360	302	2.513	880
Não circulante		275.182	295.108	456.140	482.503	
	Títulos e valores mobiliários	6	-	36	-	36
	Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	-	113
	Outros ativos		-	-	85	53
	Investimento em controladas	8	275.182	295.072	-	-
	Imobilizado	9	-	-	439.167	464.982
	Intangível	10	-	-	16.888	17.319
Total do ativo		280.417	299.901	567.454	586.230	
Passivo						
Circulante						
		13.469	11.614	67.883	48.670	
	Fornecedores	8	8	9	4.930	5.271
	Empréstimos, financiamento e debêntures	11	13.458	11.604	38.198	34.509
	Arrendamentos		-	-	211	140
	Salários, férias e encargos sociais		-	-	689	914
	Impostos de renda e contribuição social a recolher		-	-	1.009	532
	Outros tributos a recolher		3	1	592	1.523
	Provisões	12	-	-	305	2.863
	Provisão de ressarcimento	15	-	-	12.519	2.472
	Outros passivos		-	-	9.430	446
Não circulante		48.653	57.519	281.276	306.792	
	Empréstimos, financiamento e debêntures	11	48.653	57.519	259.943	288.271
	Arrendamentos		-	-	5.836	6.330
	Provisão para contingências		-	-	-	61
	Provisões	12	-	-	7.826	12.130
	Provisão de ressarcimento	15	-	-	7.671	-
Patrimônio líquido		218.295	230.768	218.295	230.768	
	Capital social	16	298.455	298.455	298.455	298.455
	Prejuízos acumulados		(80.160)	(67.687)	(80.160)	(67.687)
Total do passivo e patrimônio líquido		280.417	299.901	567.454	586.230	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	-	-	58.079	68.080
Custos operacionais	18	-	-	(37.900)	(40.767)
Lucro bruto		-	-	20.179	27.313
(Despesas) receitas operacionais	18	(502)	(715)	(4.639)	(4.287)
Despesas operacionais		(502)	(715)	(4.639)	(4.287)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(2.739)	6.336	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(3.241)	5.621	15.540	23.026
Despesas financeiras	19	(9.482)	(9.751)	(32.351)	(33.711)
Receitas financeiras	19	250	542	10.235	10.683
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.473)	(3.588)	(6.576)	(2)
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	-	-	(5.784)	(3.699)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	-	-	(113)	113
Prejuízo do exercício		(12.473)	(3.588)	(12.473)	(3.588)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(12.473)	(3.588)	(12.473)	(3.588)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(12.473)	(3.588)	(12.473)	(3.588)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	298.455	-	-	(64.099)	234.356
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.588)	(3.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	298.455	-	-	(67.687)	230.768
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.473)	(12.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	298.455	-	-	(80.160)	218.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.473)	(3.588)	(6.576)	(2)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	9 e 10	444	444	19.825	22.339
Resultado de equivalência patrimonial		2.739	(6.336)	-	-
Encargos sobre dívidas	11	9.239	9.689	30.383	32.657
Arrendamentos		-	-	498	442
Outras variações monetárias líquidas		218	439	18.957	293
Receita de aplicações financeiras	19	(236)	(517)	(9.339)	(10.658)
Baixa de ativos		-	-	232	-
		(69)	131	53.980	45.071
(Aumento) redução no ativo					
Contas a receber		-	-	3.126	(4.176)
Tributos a compensar		142	588	(644)	(256)
Adiantamento a fornecedores		-	-	(157)	34
Despesas pagas antecipadamente		-	-	55	(341)
Outros ativos		(1.057)	(300)	(1.462)	(281)
		(915)	288	918	(5.020)
Aumento (redução) no passivo					
Fornecedores		(1)	6	949	1.624
Salários, férias e encargos sociais		-	-	(225)	394
Tributos a recolher		2	(4)	5.508	414
Outros passivos		-	-	2.085	1.939
		1	2	8.317	4.371
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		-	-	(3.847)	(2.960)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(983)	421	59.368	41.462
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Resgates de aplicações financeiras		(3)	1.330	56.061	57.609
Investimentos em aplicações financeiras		(456)	(1.288)	(58.724)	(43.759)
Dividendos recebidos		16.703	11.904	-	-
Adições no imobilizado	9	-	-	(2.700)	(1.866)
Adições no intangível	10	-	-	(107)	(394)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		16.244	11.946	(5.470)	11.590
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	11	(5.342)	(5.719)	(22.431)	(24.035)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	(10.909)	(7.599)	(33.509)	(28.573)
Amortização principal e juros arrendamentos		-	-	(638)	(556)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos		(16.251)	(13.318)	(55.660)	(53.164)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(990)	(951)	(1.762)	(112)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa					
Saldo no início do exercício	4	2.816	3.767	7.054	7.166
Saldo no final do exercício	4	1.826	2.816	5.292	7.054
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(990)	(951)	(1.762)	(112)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Windepar Holding S.A. (“Companhia” ou “Windepar”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 09 de maio de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, 16º andar, Conjunto 162, Sala E, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.

A Windepar controla cinco companhias de geração de energia elétrica por meio de fonte eólicas localizadas no Brasil, sendo divulgado abaixo os detalhes das autorizações:

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Garantia física - MW
			Início	Fim			
Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
						98,7	50,9

A autorização de exploração vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2.047) podendo ser prorrogada a critério do poder concedente. Não está previsto indenização dos investimentos efetuados ao final do prazo da autorização.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2024, capital circulante negativo de R\$ 8.324. Em 31 de dezembro de 2024 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à liquidação de seus passivos, tendo em vista que os recursos para quitação das dívidas é proveniente das suas controladas.

Essas demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Declaração de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 28 de fevereiro de 2025.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e, despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

I. Julgamentos

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 13 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.4 – Provisões: estimativa do risco;
- Nota 12 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.5 - Provisões: Reconhecimento e mensuração dos valores envolvidos;
- Nota 15 e nota explicativa 3.12 – Provisão de ressarcimento: Reconhecimento e mensuração dos valores envolvidos.

II. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.8 – Arrendamentos: taxa aplicadas e contratos considerados;
- Nota 7 – Contas a receber de clientes e nota explicativa 3.11 – Receita de geração de energia elétrica: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 8 e nota explicativa 3.6 – Imobilizado: taxa de depreciação;

- Nota 13 – Provisões para contingências e nota explicativa 3.4 – Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 12 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.5 – Provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 15 e nota explicativa 3.12 – Provisão de ressarcimento: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e de suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. A tabela a seguir demonstra os investimentos que a Companhia possui:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2024	31/12/2023
Participação direta			
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.	Geração	100,00	100,00

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as controladas e a controladora, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Participações no capital, reservas e lucro (prejuízo) do exercício das controladas.

3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e suas controladas tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado – Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e de suas controladas.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases

comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora).

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Provisão para desmobilização

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos, em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitado ao prazo de autorização.

3.7 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

3.8 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo

custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.9 Tributação

• *Tributos sobre as vendas de energia*

As receitas de venda de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

-Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e

-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

• *Imposto de renda e contribuição social – correntes*

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.10 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

As controladas, em conformidade com a Lei 9.427/96, recolhem a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.11 Receita de geração de energia elétrica

As receitas de suas controladas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações dos contratos com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente nos contratos; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho dos contratos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- (a) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de:
 - R\$ 218,54 MW/h (R\$ 209,46 MW/h em 2023) para a EDV I;

- R\$ 216,45 MW/h (R\$ 198,56 MW/h em 2023) para a EDV II;
- R\$ 219,07 MW/h (R\$ 198,49 MW/h em 2023) para a EDV III;
- R\$ 218,14 MW/h (R\$ 207,65 MW/h em 2023) para a EDV IV; e
- R\$ 217,44 MW/h (R\$ 208,65 MW/h em 2023) para a EDV X.

Todos os preços acima são reajustados pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

- (b) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- (c) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de:
- R\$ 181,17 MW/h (R\$ 99,11 MW/h em 2023) para a EDV I;
 - R\$ 177,88 MW/h (R\$ 98,92 MW/h em 2023) para a EDV II;
 - R\$ 181,46 MW/h (R\$ 98,69 MW/h em 2023) para a EDV III;
 - R\$ 176,69 MW/h (R\$ 99,80 MW/h em 2023) para a EDV IV; e
 - R\$ 217,44 MW/h (R\$ 99,39 MW/h em 2023) para a EDV X.

3.12 Provisão de ressarcimento

Aplicado às controladas.

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CCEAR são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada, valorada pelo PLD médio do mês de liquidação do excedente.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CCEAR são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada, valorada pelo maior valor entre o PLD médio anual ou quadrienal e a tarifa vigente do CCEAR no momento da apuração.

As controladoras considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47- Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa

no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável

3.13 Demonstrações do fluxo de caixa

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento pois reflete a remuneração dos provedores de capital, e classifica os dividendos recebidos como atividades de investimento pois reflete o retorno sobre os investimentos efetuados.

3.14 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A ‘taxa de juros efetiva’ é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.14 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Em vigor desde 1º de janeiro de 2024

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants – Alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) – Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7);
- Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a

períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e trará as seguintes exigências:

- Define o lucro ou prejuízo operacional como ponto de partida para a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no método indireto;
- Divide as despesas e receitas em três categorias: operacional, investimento e financiamento;
- Propõe novos subtotais na demonstração do resultado, como lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de associadas integrais e empreendimentos conjuntos;

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	Remuneração média		Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	-	-	-	-	3.466	4.234
Certificados de depósitos bancários	99,50 % do CDI	99% do CDI	1.826	2.519	1.826	2.519
Aplicações financeiras automáticas	-	120% do CDI	-	297	-	301
			1.826	2.816	5.292	7.054

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração média		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento - STA Energia	94,99% do CDI	101,94% do CDI	11.984	8.823

As controladas aplicam seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia (fundo não exclusivo), cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração média		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação pós fixada	BNDES	93,60% do CDI	99,81% do CDI	513	-	69.314	61.590
Aplicação pós fixada	Debêntures	93,60% do CDI	99,81% do CDI	-	-	11.129	10.235
				513	-	80.443	71.825
Circulante				513	-	80.443	71.789
Não circulante				-	-	-	36
				513	-	80.443	71.825

As contas vinculadas ao BNDES são aplicações em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.207.781 e 19.205.981 celebrados entre as controladas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação dos parques eólicos, o qual estabelece que as controladas devem constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora.

As contas vinculadas as Debêntures estão aplicadas no Banco Itáu e em garantia do contrato de debêntures da controladora Windepar conforme instrumento particular de escritura da 1ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica	9.492	10.443
Ajuste positivo CCEE	157	2.332
	9.649	12.775

Os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo – CCEE” referem-se a valores a receber das controladas e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas e não há saldos vencidos no contas a receber de clientes.

8 Investimentos

Composição do investimento:

	Investimentos Valor patrimonial	Mais valia	Saldo em 31/12/2024
EDV I	54.187	2.167	56.354
EDV II	32.696	1.335	34.031
EDV III	49.394	1.934	51.328
EDV IV	87.323	2.838	90.161
EDV X	41.562	1.746	43.308
Total	265.162	10.020	275.182

	Investimentos Valor patrimonial	Mais valia	Saldo em 31/12/2023
EDV I	58.978	2.263	61.241
EDV II	35.827	1.394	37.221
EDV III	52.675	2.020	54.695
EDV IV	92.525	2.963	95.488
EDV X	44.604	1.823	46.427
Total	284.609	10.463	295.072

A movimentação do investimento é conforme segue:

Investimentos:	Saldo em 31/12/2023	Redução de capital	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2024
EDV I	61.241	(4.140)	(96)	(651)	56.354
EDV II	37.221	(1.936)	(59)	(1.195)	34.031
EDV III	54.695	(2.762)	(86)	(519)	51.328
EDV IV	95.488	(4.965)	(125)	(237)	90.161
EDV X	46.427	(2.904)	(78)	(137)	43.308
Total	295.072	(16.707)	(444)	(2.739)	275.182

Investimentos:	Saldo em 31/12/2022	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2023
EDV I	60.015	(96)	1.734	(412)	61.241
EDV II	36.521	(59)	995	(236)	37.221
EDV III	52.743	(86)	2.673	(635)	54.695
EDV IV	95.320	(125)	384	(91)	95.488
EDV X	46.086	(78)	550	(131)	46.427
Total	290.685	(444)	6.336	(1.505)	295.072

Na composição do saldo de investimentos existe uma parcela relacionada ao Direito de exploração (Intangível) no valor total líquido da amortização acumulada de R\$ 10.020, reclassificado para o intangível para fins de consolidação, conforme nota explicativa nº 11.

Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2024						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
EDV I	69.221.967	69.221.966	100,00%	123.612	69.425	54.187	(651)
EDV II	41.398.028	41.398.027	100,00%	68.197	35.501	32.696	(1.195)
EDV III	51.563.928	51.563.927	100,00%	100.945	51.551	49.394	(519)
EDV IV	95.942.065	95.942.064	100,00%	167.754	80.432	87.322	(237)
EDV X	54.964.888	54.964.887	100,00%	93.199	51.636	41.563	(137)

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2023						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
EDV I	69.221.967	69.221.966	100,00%	130.232	71.253	58.979	1.734
EDV II	41.398.028	41.398.027	100,00%	70.240	34.413	35.827	995
EDV III	51.563.928	51.563.927	100,00%	103.004	50.330	52.674	2.673
EDV IV	95.942.065	95.942.064	100,00%	170.252	77.728	92.524	384
EDV X	54.964.888	54.964.887	100,00%	98.717	54.109	44.608	551

9 Imobilizado

Consolidado					
Taxa média anual de depreciação	31/12/2023	Adições	Baixas	Outros	31/12/2024
Imobilizado em serviço					
Terrenos	6.600	-	-	-	6.600
Edificações e obras civis	3% 11.864	-	-	-	11.864
Máquinas e equipamentos (i)	4% 584.307	1.755	(218)	(8.139)	577.705
Móveis e utensílios	5% 154	12	-	-	166
Direito de uso s/ arrendamento (ii)	4% 7.016	-	-	(282)	6.734
Total do custo do imobilizado	609.941	1.767	(218)	(8.421)	603.069
(-) Depreciação acumulada					
Edificações e obras civis	(2.382)	(383)	-	-	(2.765)
Máquinas e equipamentos	(154.309)	(18.666)	-	-	(172.975)
Móveis e utensílios	(38)	(7)	-	-	(45)
Direito de uso s/ arrendamento	(1.023)	(246)	-	-	(1.269)
Total da depreciação	(157.752)	(19.302)	-	-	(177.054)
Imobilizado em curso	12.793	933	-	(574)	13.152
Total do imobilizado líquido	464.982	(16.602)	(218)	(8.995)	439.167

Consolidado					
Taxa média anual de depreciação		31/12/2022	Adições	Outros	31/12/2023
Imobilizado em serviço					
		6.600	-	-	6.600
Terrenos					
Edificações e obras cívicas	3%	11.180	684	-	11.864
Máquinas e equipamentos	4%	583.619	688	-	584.307
Móveis e utensílios	5%	154	-	-	154
Direito de uso s/ arrendamento (ii)	4%	3.832	-	3.184	7.016
Total do custo do imobilizado		605.385	1.372	3.184	609.941
(-) Depreciação acumulada					
		(2.018)	(364)	-	(2.382)
Edificações e obras cívicas					
Máquinas e equipamentos		(133.002)	(21.307)	-	(154.309)
Móveis e utensílios		(32)	(6)	-	(38)
Direito de uso s/ arrendamento		(818)	(205)	-	(1.023)
Total da depreciação		(135.870)	(21.882)	-	(157.752)
Imobilizado em curso		11.792	494	507	12.793
Total do imobilizado líquido		481.307	(20.016)	3.691	464.982

(i) O montante de (R\$ 8.139) em outros na linha de máquinas e equipamentos referem-se à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares das controladas EDV I e EDV X, conforme nota explicativa 12.

(ii) O montante de R\$ 282 na linha de arrendamento refere-se a remensuração proveniente da extensão do contrato de locação.

10 Intangível

Consolidado					
Taxa média anual de amortização		31/12/2023	Adições	Outros	31/12/2024
Intangível em serviço					
		563	98	-	661
Software	20%				
Direito de exploração	3%	13.921	-	-	13.921
Servidões	0%	6.456	-	-	6.456
Intangível em curso					
		-			
Outros intangíveis		13	9	(12)	10
Total do custo do intangível		20.953	107	(12)	21.048
(-) Amortização acumulada					
		(174)	(82)	-	(256)
Software					
Direito de exploração		(3.460)	(444)	-	(3.904)
Total da amortização		(3.634)	(526)	-	(4.160)
Total do intangível líquido		17.319	(419)	(12)	16.888

Consolidado					
Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	Outros	31/12/2023	
Intangível em serviço					
Software	20%	169	394	-	563
Direito de exploração	3%	13.921	-	-	13.921
Servidões	0%	6.456	-	-	6.456
Intangível em curso					
Outros intangíveis		25	-	(12)	13
Total do custo do intangível		20.571	394	(12)	20.953
(-) Amortização acumulada					
Software		(161)	(13)	-	(174)
Direito de exploração		(3.016)	(444)	-	(3.460)
Total da amortização		(3.177)	(457)	-	(3.634)
Total do intangível líquido		17.394	(63)	(12)	17.319

Direito de exploração na aquisição de controle:

Os direitos de exploração da autorização foram gerados na aquisição de controle das EDVs e estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das autorizações.

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empresa	Financiadores	Controladora				Consolidado			
		31/12/2024							
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total
Windepar	1ª Emissão de Debêntures	188	(2.087)	64.010	62.111	188	(2.087)	64.010	62.111
EDV I	BNDDES	-	-	-	-	156	(42)	54.869	54.983
EDV II	BNDDES	-	-	-	-	87	(27)	30.549	30.609
EDV III	BNDDES	-	-	-	-	130	(31)	44.573	44.672
EDV IV	BNDDES	-	-	-	-	193	(36)	64.512	64.669
EDV X	BNDDES	-	-	-	-	113	(34)	41.018	41.097
		188	(2.087)	64.010	62.111	867	(2.257)	299.531	298.141
	Circulante	188	(523)	13.793	13.458	867	(693)	38.024	38.198
	Não circulante	-	(1.564)	50.217	48.653	-	(1.564)	261.507	259.943
		188	(2.087)	64.010	62.111	867	(2.257)	299.531	298.141

Empresa	Financiadores	Controladora				Consolidado			
		31/12/2023							
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total
Windepar	1ª Emissão de Debêntures	188	(2.610)	71.545	69.123	188	(2.610)	71.545	69.123
EDV I	BNDDES	-	-	-	-	166	(47)	58.223	58.342
EDV II	BNDDES	-	-	-	-	94	(30)	32.953	33.017
EDV III	BNDDES	-	-	-	-	140	(35)	48.088	48.193
EDV IV	BNDDES	-	-	-	-	209	(40)	69.610	69.779
EDV X	BNDDES	-	-	-	-	123	(39)	44.242	44.326
		188	(2.610)	71.545	69.123	920	(2.801)	324.661	322.780
	Circulante	188	(517)	11.933	11.604	920	(708)	34.297	34.509
	Não circulante	-	(2.093)	59.612	57.519	-	(2.093)	290.364	288.271
		188	(2.610)	71.545	69.123	920	(2.801)	324.661	322.780

As movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Movimentação de empréstimos e debêntures	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial		69.123	72.752	322.780	342.731
Ingresso de dívidas		-	-	918	-
Provisão de encargos de dívidas	19	9.239	9.689	30.383	32.657
Amortização do principal		(10.909)	(7.599)	(33.509)	(28.573)
Amortização do encargos		(5.342)	(5.719)	(22.431)	(24.035)
Saldo final		62.111	69.123	298.141	322.780

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – Controladas

Em 07 de março de 2016, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de alongamento da dívida, no montante total de R\$ 261.300. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de novembro de 2016 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do Complexo Eólico Aracati, no montante total de R\$ 60.000. Os contratos de longo prazo, têm encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de janeiro de 2020 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Em 06 de setembro de 2024 a controlada EDV I recebeu o montante de R\$ 918 do sub A3 referente ao contrato 15.207 captado em 07 de março de 2016.

Os contratos com BNDES estabelecem apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização dos contratos, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia e suas controladas monitoram os covenants financeiros e não financeiros, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

• Debêntures – Controladora

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia. O valor total da emissão foi de R\$67.500, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$1 mil. As debêntures tiveram início de pagamento semestral em 15 de junho de 2019 e juros de IPCA+7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e com vencimento para 15 de dezembro de 2028.

O contrato de debêntures estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,2. A Companhia monitora os covenants financeiros e não financeiros, decorrentes da emissão de debêntures celebrada. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

As parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante por tipo de indexador tem os seguintes vencimentos:

Controladora	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
IPCA	15.853	19.548	14.816	-	-	-	50.217
(-) Custo a amortizar	(523)	(523)	(518)	-	-	-	(1.564)
Total	15.330	19.025	14.298	-	-	-	48.653

Consolidado	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
IPCA	22.712	26.388	21.490	6.598	6.799	9.777	93.764
TJLP	19.231	22.132	21.175	17.676	26.351	61.178	167.743
(-) Custo a amortizar	(523)	(523)	(518)	-	-	-	(1.564)
Total	41.420	47.997	42.147	24.274	33.150	70.955	259.943

12 Provisões

	Consolidado					
	31/12/2022	Realização	31/12/2023	Realização	Atualização monetária	31/12/2024
Provisões de constituição de ativos (a)	2.558	-	2.558	-	-	2.558
Provisões para compensações ambientais (b)	305	-	305	-	-	305
Provisões para desmobilização de ativos (c)	12.130	-	12.130	-	(6.862)	5.268
	14.993	-	14.993	-	(6.862)	8.131
Circulante	2.863		2.863			305
Não circulante	12.130		12.130			7.826
	14.993		14.993			8.131

- (a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.
- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual as controladas da Companhia realizam, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção dos parques Eólicos. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.
- (c) Aplicado às controladas EDV I e X, as provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc. A redução do saldo comparado ao período anterior ocorreu devido a remensuração do saldo de desmobilização conforme ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. A provisão para desmobilização está registrada em contrapartida ao imobilizado.

13 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base os valores em risco constantes nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia e suas controladas leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia e suas controladas, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Controladora e suas controladas Energia dos Ventos I, II, III e X sejam considerados relevantes para o negócio.

Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 merecem destaques as seguintes demandas:

- (i) **Demandas Cíveis:** atualmente existe um processo judicial de natureza cível (o mesmo em 31 de dezembro de 2023) em face da controlada Energia dos Ventos IV, de valor em risco aproximado em R\$ 54 (R\$ 47 em 2023). Não há processos relevantes que devam ser destacados.
- (ii) **Demandas Trabalhistas:** atualmente existe um processo judicial de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2023) em face da controlada Energia dos Ventos X, de valor em risco aproximado em R\$ 30. (R\$ 33 em 31 de dezembro de 2023). Não há processos relevantes que devam ser destacados.
- (iii) **Demandas Tributárias:** atualmente existe um processo judicial de natureza tributária (o mesmo em 31 de dezembro de 2023) em face da controlada Energia dos Ventos X, de valor em risco aproximado em R\$ 358 (R\$ 355 em 31 de dezembro de 2023). Não há processos relevantes que devam ser destacados.
- (iv) **Demandas Regulatórias:** Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995- 79.2016.4.01.3400, proposta pela Alupar Investimento S.A., bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da mesma: e ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos III S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas EDVs, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 287 em 2024 e 2023.

14 Partes relacionadas

14.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Partes relacionadas: informações patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				
Dividendos e capital a receber - EDV I	412	412	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV II	239	236	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV III	635	635	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV IV	91	91	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV X	131	131	-	-
	1.508	1.505	-	-
Passivo circulante				
Arrendamento de imóveis - Alupar Investimento S.A	-	-	169	99
Passivo não circulante				
Arrendamento de imóveis - Alupar Investimento S.A	-	-	266	278

Partes relacionadas: informações do resultado

	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Demonstração de resultado			
Serviços de operação remota - AF Energia S.A.	18	(147)	(140)
Depreciação s/Arrendamento - Alupar Investimento S.A		(116)	(94)
Juros sobre arrendamento - Alupar Investimento S.A		(38)	(32)
		(301)	(266)

14.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa	Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2024
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1 e 15.2.0778.4	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARS, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	261.300	236.200
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1		10/12/2019	15/10/2032	60.000	

14.3 Remuneração da alta administração

Aplicado às controladas Energia dos Ventos I e IV S.A.

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE da Companhia realizada em 13 de maio de 2024, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 543 (EDV I) e R\$ 249 (EDV IV) para o exercício social de 2024. Na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2023.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração da diretoria	(882)	(158)

15 Provisões de ressarcimento

Aplicado às controladas. A provisão para ressarcimento é resultante de transações que ocorrem em parques eólicos operando exclusivamente no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), que foram contratados por meio de participação em leilões na modalidade de disponibilidade. Esta modalidade estabelece, contratualmente, limites para as exposições, tanto positivas quanto negativas, da geração de energia em relação à receita fixada pelo leilão, incluindo a aplicação de bônus ou penalidades conforme as faixas de desvio.

Mensalmente são apurados os valores de geração de energia elétrica e confrontados com a obrigação de geração com base na Garantia Física das usinas declaradas e, se verificado déficit, são reconhecidos os valores de provisão de ressarcimento. O ressarcimento pode ser anual ou quadrienal, o que determina sua classificação é a faixa de exposição negativa que cada usina se enquadra, de acordo com a regra contratual. O período de apuração dos saldos anuais é de um ano a partir da data do contrato, ao final de cada ciclo esse valor é transferido para a rubrica de ressarcimento formado e sua liquidação ocorre no ano seguinte. Já o ressarcimento quadrienal tem período de apuração de quatro anos, ao final do ciclo os valores são transferidos para ressarcimento formado, porém, sua liquidação ocorre ao longo dos próximos 12 meses. Por se tratar de saldos de longo prazo, os ressarcimentos quadrienais são atualizados monetariamente ao longo dos anos.

A liquidação dos valores a pagar de ressarcimento, assim como, dos valores a receber em caso de excedente de geração, são realizados através da CCEE, a qual realiza o balanço energético mensal das usinas e a compensação dos valores entre seus agentes. Os valores não compensados são liquidados através de uma conta específica para transações com a CCEE.

	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Atualização monetária	31/12/2024
Provisão de Ressarcimento Anual	-	9.441	-	9.441
Provisão de Ressarcimento Quadrienal	2.472	8.169	108	10.749
	2.472	17.610	108	20.190
Circulante	2.472			12.519
Não circulante	-			7.671
	2.472			20.190

A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentaria ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

16 Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 298.455 em 31 de dezembro de 2024 e 2023 representado por 325.862.705 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pertencente 100% pela acionista Alupar Investimento S.A.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidades de ações ordinárias integralizadas			
Acionistas				
Alupar Investimento S.A	325.862.705	100,00	325.862.705	100,00
Total das ações	325.862.705	100,00	325.862.705	100,00

17 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita de geração de energia elétrica				
Suprimento de energia - Ambiente regulado	350.481	76.431	332.314	72.916
Suprimento de energia - Ambiente livre	50.738	9.089	5.226	518
Suprimento de energia - Ajuste positivo CCEE	-	992	-	2.424
Provisão acerto alocação ACL - ACR	-	(7.417)	-	-
Provisão de Ressarcimento	-	(17.609)	-	(2.472)
	401.219	61.486	337.540	73.386
Deduções				
PIS - Programa de integração social		(535)		(879)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(2.465)		(4.053)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(407)		(374)
		(3.407)		(5.306)
Receita operacional líquida		58.079		68.080

18 Custos e despesas operacionais por natureza

Nota	Controladora		Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023	
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Custos não gerenciáveis						
	-	-	(81)	(31)	(80)	(6)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(279)	-	(316)	-
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-	-	(360)	(31)	(396)	(6)
Custos gerenciáveis						
Pessoal	-	-	(1.416)	(1.421)	(1.272)	(1.676)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	-	-	(882)	-	(158)
Material	-	-	(510)	(110)	(189)	(76)
Serviços de terceiros	(58)	(224)	(13.989)	(1.475)	(12.142)	(1.636)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	14.1	-	(147)	-	(140)	-
Provisões	-	-	61	-	(61)	-
Aluguéis	-	-	(410)	(96)	(3.290)	(33)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(22)	-	(103)	-
Seguros	-	-	(1.497)	9	(1.191)	(22)
Outros tributos e taxas	-	(47)	(245)	(12)	(102)	(115)
Outras	-	-	(116)	(46)	(94)	(14)
	(58)	(271)	(18.291)	(4.033)	(18.584)	(3.730)
Depreciação e amortização	(444)	(444)	(19.249)	(575)	(21.787)	(551)
Total	(502)	(715)	(37.900)	(4.639)	(40.767)	(4.287)

19 Despesas e receitas financeiras

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Despesas Financeiras					
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	11	(9.239)	(9.689)	(30.383)	(32.657)
Outros		(243)	(62)	(1.968)	(1.054)
Total		(9.482)	(9.751)	(32.351)	(33.711)
Receitas Financeiras					
Receita de aplicações financeiras (*)		236	517	9.339	10.658
Outros		14	25	896	25
Total		250	542	10.235	10.683
Resultado financeiro		(9.232)	(9.209)	(22.116)	(23.028)

(*) O montante das receitas com aplicações financeiras está líquido dos impostos.

20 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
a) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos	(12.473)	(3.588)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	4.241	1.220
Resultado de equivalência patrimonial	(931)	2.154
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(3.163)	(3.232)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	4	9
Amortização intangível para o qual não foi constituído imposto diferido	(151)	(151)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-
b) Alíquota efetiva	0,00%	0,00%
Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023
	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
a) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos	(6.576)	(2)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	2.236	1
Diferença de base - controladas lucro presumido	(4.824)	(261)
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(3.163)	(3.232)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	5	1
Amortização intangível para o qual não foi constituído imposto diferido	(151)	(151)
PAT	-	6
Outras	-	2
Efeito da alíquota adicional de 10% do IRPJ	-	48
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.897)	(3.586)
b) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	(5.784)	(3.699)
Tributos Diferidos Extensão	(113)	113
Total	(5.897)	(3.586)

Em 2023 as controladas Energia dos Ventos IV e X estão enquadradas no regime de apuração do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social das demais controladas são recolhidos com base no lucro presumido regime de caixa.

21 Instrumentos financeiros e gestão de risco

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

A Companhia e suas controladas limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

Nível I – preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos;
Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado				Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	31/12/2024		31/12/2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixa	3.466	3.466	4.234	4.234	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	1.826	1.826	2.820	2.820	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	11.984	11.984	8.823	8.823	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	80.443	80.443	71.789	71.789	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	9.649	9.649	12.775	12.775	-	Custo amortizado
	107.368	107.368	100.441	100.441		
Passivos financeiros						
Fornecedores	4.930	4.930	5.271	5.271	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	236.030	236.030	253.657	253.657	-	Custo amortizado
Debêntures	62.111	62.111	69.123	69.123	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	6.047	6.047	6.470	6.470	-	Custo amortizado
	309.118	309.118	334.521	334.521		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Debentures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%	
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	1.826	135	202	269	337	404
Investimentos a curto prazo	CDI	11.984	884	1.326	1.768	2.210	2.651
Títulos e valores mobiliários	CDI	80.443	5.933	8.899	11.865	14.832	17.798

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2024 *	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			4,37%	6,56%	8,74%	10,93%	13,11%	
Empréstimos e financiamentos	TJLP +	2,18%	185.477	12.325	16.466	20.607	24.749	28.890
			2,48%	3,72%	4,96%	6,20%	7,44%	
Debêntures	IPCA +	8,15%	62.111	6.728	7.561	8.394	9.227	10.060
Empréstimos e financiamentos	IPCA +	3,67%	50.553	3.155	3.805	4.455	5.105	5.754

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação

Gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias, caso seja necessário, e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pré-fixados sobre empréstimos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

22. Transações não caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

Controladora						
Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
		Amortização / Pagamento	Captações / Ingressos	Encargos	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	62.111	(16.251)	-	9.239	-	55.099
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)						
	62.111	(16.251)	-	9.239	-	55.099

Consolidado						
Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
		Amortização / Pagamento	Captações / Ingressos	Encargos	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	315.768	(55.940)	918	30.383	-	291.129
Arrendamentos	6.470	(639)	-	499	(283)	6.047
	322.238	(56.579)	918	30.882	(283)	297.176
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)						
	322.238	(56.579)	918	30.882	(283,00)	297.176

23. Benefícios a empregados

As controladas da Companhia oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. As controladas reconheceram no resultado o montante de R\$ 560 no exercício findo em 31 de dezembro 2024 (R\$ 454 em 31 de dezembro de 2023) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, as controladas da Companhia patrocinam um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

* * *